



“O melhor seria que o deixassem trabalhar em paz.”

Juan Arias

COLUNISTA DO “EL PAÍS”

Analizando o trabalho de Joaquim Levy

“A situação é de descontrole na cabine de comando do Planalto.”

Ruth de Aquino

JORNALISTA

Sobre os desafios enfrentados pelo governo

Não faz sentido que a bandeira seja o impeachment da presidente

Flávio Saliba

Sociólogo e professor (UFMG)
fsalibac@hotmail.com

As manifestações populares devem ajustar seu foco

A crise política brasileira tem ensejado um verdadeiro bombardeio de acusações mútuas que apontam mais para o confronto que para soluções pacificamente negociadas, como convém a uma sociedade civilizada. Por falta de melhores argumentos, o PT bate há 12 anos na mesma tecla, o PSDB, poupando seus verdadeiros inimigos: os partidos e parlamentares com os quais tentou formar um Congresso paralelo à custa de suborno. Lembro-me de uma declaração de FHC durante a disputa presidencial entre Serra e Lula, em que, posicionando-se contra o próprio partido, afirmava que era a ho-

ra de o PT assumir o poder. Mesmo hoje, suas declarações sobre o momento político são para lá de moderadas e não justificam a obsessão petista contra o PSDB.

Em meio ao caos por ele instalado, o PT volta-se, agora, contra uma genérica elite branca, como se boa parte dessa elite não estivesse dentro de sua base aliada. Além de institucionalizar a corrupção, o governo ou o PT anda de mãos dadas com o Foro de São Paulo, criado por Lula e Fidel Castro, concede financiamentos secretos a ditaduras e convoca o exército de Stédile, cedendo, com isso, palanque a facções até então adormecidas da extrema direita,

com a qual pretende identificar as manifestações populares.

Ironicamente, partidos e grupos de esquerda reconhecem o esgotamento do PT como força renovadora e tentam costurar uma frente para enfrentar o avanço conservador. Em debate organizado pelo PSOL, encontravam-se à mesa ex-auxiliares de Lula e, na plateia, muitos petistas sem camisas e símbolos do partido. Apesar de discórdâncias em relação ao caráter da última grande manifestação – uns admitindo que ela foi majoritariamente de centro, outros sugerindo que ela pende para a extrema-direita –, chegou-se à conclusão de que já não se

trata de defender o governo ou o PT, mas de recompor o campo da esquerda e impedir a completa restauração conservadora no Brasil.

Esquerda, centro ou direita, todos concordam que o descontentamento popular é, sobretudo, com a corrupção generalizada. Portanto, não faz sentido que a principal bandeira das manifestações seja o pedido de impeachment da presidente, contra quem não há acusações formais e cuja eventual queda nem de longe encerra uma crise que envolve, pelo menos, 33 parlamentares suspeitos de envolvimento com o petróleo. Sob pena de se verem esvaziadas, as próximas manifestações te-

rão, portanto, de ajustar seu foco.

Entre as poucas vozes que se levantam a favor de uma solução negociada encontra-se a de dom Walmor de Azevedo, que em brilhante texto afirma que a classe política está desafiada a entender a sua responsabilidade e a dar resposta urgentíssima, sob pena de continuar se afundando no lamaçal da corrupção. Ao propor o diálogo entre os poderes, dom Walmor esclarece que este deve ser filosoficamente entendido, e não um conchavo político-partidário, a exemplo do que impõe o inchaço da máquina pública para satisfazer o desejo de partidos e grupos políticos.

A maioria penal, que define a idade mínima para que um cidadão possa ser processado pelo sistema judiciário, deve ser reduzida dos 18 para os 16 anos?

debate

A voz do povo

Nosso Código Penal é de 1940, época com outra realidade. Crianças, e até mesmo adolescentes, tinham comportamentos bem diferenciados dos atuais.

O entendimento e o costume dos jovens das metrópoles eram bem maiores do que os das cidades interioranas. Hoje, tais diferenças são praticamente inexistentes pelo alcance da mídia e, em especial, das redes sociais.

Assistimos diariamente a notícias vinculando menores a fatos criminosos de todas as espécies, inclusive os classificados como hediondos. Muitos iniciam suas atividades criminosas por imposição dos “veteranos”, que os obrigam a assumir a autoria de atos puníveis com penas mais rigorosas por estarem protegidos pela brandura do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A redução da maioria penal deixará menos atrativo esse “contingente”, trazendo mais segurança para nossos jovens.

Argumentos de que nosso sistema prisional seja impróprio e sem estrutura para recuperação de criminosos são facilmente combatidos pelas

mesmas situações oferecidas pelas instituições, que, em tese, deveriam proteger e buscar recuperação para os menores.

Além do mais, a redução da maioria penal irá corrigir discrepâncias existentes no ordenamento constitucional, visto que o menor pode votar com 16 anos e ser emancipado, o que lhe permite, até mesmo, se casar. Em que pesem tais permissivos legais, se um menor eleitor cometer crime eleitoral, não poderá ser processado criminalmente, e, se agredir sua esposa, não poderá ser enquadrado na Lei Maria da Penha.

Se entendermos haver inconveniência de adolescentes em companhia de maiores num mesmo presídio, temos que admitir ser bem pior a convivência de crianças com adolescentes de até 17 anos no mesmo ambiente.

Não devemos ser demagogos nem fugir da realidade. Se o menor de 16 anos pode votar e contribuir para eleger o presi-

dente da República, por que ser inimputável criminalmente? Absurdo o argumento dos que são contra a redução da maioria de que as sanções previstas no ECA são suficientes.

A maioria dos países com elevados níveis de desenvolvimento econômico e social tem idade penal inferior a 18 anos de idade. Podemos mencionar a Dinamarca (15), Alemanha e Itália (14), França (13), Holanda e Escócia (12) e Inglaterra (10). Sem falar nos Estados Unidos, onde a aplicação da pena independe da idade do criminoso. Até mesmo em ditaduras, como a cubana, admirada e idolatrada por políticos contrários à redução da maioria penal, a lei se aplica aos 16 anos.

O principal argumento para a redução da idade penal é a opinião do povo. Nenhuma pesquisa recente aponta índice inferior a 80% dos entrevistados favoráveis à redução. Além disso, todos dizem que o Congresso Nacional é a voz do povo.

Jair Bolsonaro
Deputado federal (PP-RJ)
dep.jairbolsonaro@camara.leg.br



Resposta irracional

Assistimos, nos dias atuais, a processos crescentes de espetacularização da violência e judicialização das relações sociais. O debate sobre a redução da maioria penal se insere nesse contexto: embora os movimentos em defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes tenham frutificado e alcançado importantes conquistas, como a promulgação do ECA, em 1990, estamos diante do trágico avanço da tramitação de uma lei polêmica, tão retrógrada quanto ineficaz.

Adolescentes que cometem atos infracionais perante a Justiça brasileira, hoje, recebem tratamento diferenciado quando comparados à população de adultos que cometem delitos. Adolescentes que cometem atos infracionais perante a Justiça brasileira, hoje, recebem tratamento diferenciado quando comparados à população de adultos que cometem delitos. Adolescentes que cometem atos infracionais perante a Justiça brasileira, hoje, recebem tratamento diferenciado quando comparados à população de adultos que cometem delitos.

Mariza Monteiro Borges
Presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP); mestre em psicologia



(aquelas em que o afeto e o acompanhamento dos pais estão presentes), sobretudo nas famílias em risco social, nos afastamos da ideia simplista da existência de sujeitos biologicamente predispostos a cometer delitos. Assim, a ciência comportamental aponta que a reversão do comportamento infrator envolve o investimento em práticas educativas que almejem a elevação da autoestima e a preparação das crianças e dos adolescentes para a vida profissional.

O clamor de parte da população pelo aprisionamento de infratores tem ocultado outra parte importante do debate, que é o da reinserção na sociedade quando de sua “liberdade”. Não faltam dados para comprovar o completo fracasso das instituições prisionais no Brasil, que terminam por estimular a identidade infratora e a ampliação do conhecimento de práticas criminosas. De outra parte, não há compro-

vação de que o rebaixamento da idade penal reduz os índices de criminalidade juvenil.

Nesse sentido, cabe exigir do Estado a efetiva implementação das medidas socioeducativas e o investimento em educação de qualidade, além de medidas que eliminem as desigualdades sociais. A delinquência juvenil é, portanto, um indicador de que o Estado, a sociedade e a família não têm cumprido adequadamente seu dever de assegurar, com absoluta prioridade, os direitos da criança e do adolescente.

Abrir as portas da prisão a jovens menores de 18 anos é fechar as portas não somente para o seu próprio desenvolvimento, mas também para o do país. Atacar o indivíduo, desconsiderando as causas da violência e da criminalidade, é a resposta irracional a um apelo da sociedade de caráter mais amplo por justiça social.

O TEMPO

ENDEREÇOS

Sede Comercial
Rua Pernambuco, 712 - Funcionários
Belo Horizonte - MG - CEP 30.130-151
Fone (31) 2138-3900 - Fax (31) 2138-3920
Web.: www.otempo.com.br
e-mail: comercial@otempo.com.br

Redação e Industrial
Avenida Babita Camargos, 1.645
Cidade Industrial, Contagem - MG
CEP 32.210-180 Fone: (31) 2101-3000

SERVIÇOS EDITORIAIS

The New York Times

AGÊNCIAS NOTICIOSAS

France Press, Agência Globo, Folhapress e Agência Estado

ATENDIMENTO AO ASSINANTE:

0800-703-4001 (interior)
(31) 2101-3838 (Capital e Grande BH)

Horário de funcionamento:

Segunda a sexta-feira: 7h às 19h
Sábado, domingo e feriados: 7h às 13h
E-mail: atendimento@otempo.com.br

FILIADO À ANJ

Associação Nacional de Jornais www.anj.org.br



FILADO AO INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO

PREÇO DA ASSINATURA: NORMAL MG

(consulte nossas promoções)

Anual	Semestral	Trimestral
R\$ 492,00	R\$ 246,00	R\$ 123,00
à vista ou:	à vista ou:	à vista
2 x R\$ 246,00	2 x R\$ 123,00	
3 x R\$ 164,00	3 x R\$ 82,00	
4 x R\$ 123,00	4 x R\$ 62,00	
6 x R\$ 82,00		

ESCRITÓRIOS COMERCIAIS

SÃO PAULO / RIO DE JANEIRO / ESPÍRITO SANTO
Fabiano Guerra
Gerente de Mercado Nacional
e-mail: fabiano.guerra@otempo.com.br

BRASÍLIA

Bueno Comunicação - SRTVS - Quadra 701 - Bloco O
- Conj. 896 - Edifício Centro Multiempresarial - Asa Sul - Brasília - DF - CEP 70.340-000
Fone/fax: (61) 3223-6999 - (61) 8179-7215
E-mail: daniela.bueno@buenocomunicacaodf.com.br e fbueno@buenocomunicacaodf.com.br